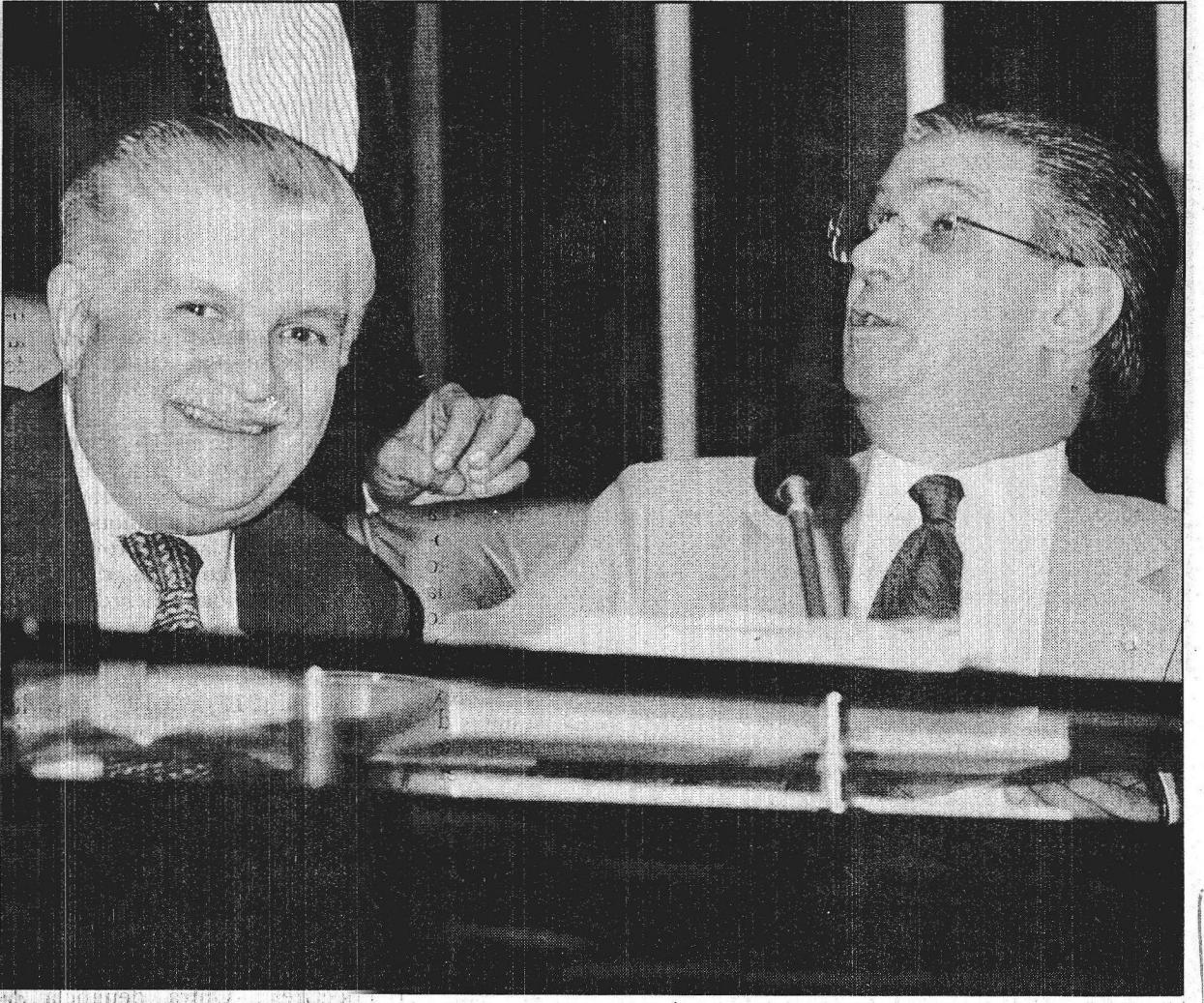


Congresso põe entendimento em teste hoje

JEFFERSON PINHEIRO



Benevides e Ibsen se reúnem amanhã para completar a pauta da convocação extraordinária do Congresso

O entendimento do presidente Itamar Franco com os partidos políticos estará sendo testado a partir de hoje, quando o Congresso Nacional iniciar o período de convocação extraordinária que deverá examinar vários projetos de interesse do Governo. Matérias polêmicas, a única esperança de que sejam de fato votadas até o dia 10 de fevereiro, quando acaba o período extraordinário, é a disposição para o entendimento garantida a Itamar pelos presidentes de partido.

De todos os projetos, o da reforma fiscal é o mais importante, pois o Governo depende dele para estabilizar a economia e retomar as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Muitos parlamentares têm criticado a eficácia da reforma fiscal, pois acham que governadores de estado e prefeitos pretendem obter concessões do Governo em troca de apoio. Outros acham que a reforma sacrificará ainda mais o consumidor com o aumento da carga tributária.

Durante a convocação extraordinária, feita pelo presidente Itamar Franco, o Congresso deverá ainda incluir outros projetos na pauta de votação, dependendo das negociações entre os partidos. O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), e o presidente da

Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), deverão se reunir amanhã para determinar a pauta completa da convocação extraordinária.

Os líderes partidários pretendem começar amanhã mesmo a discutir as modificações ao projeto de ajuste fiscal, considerado prioritário pelo Governo. Junto com a reforma fiscal, os deputados e senadores terão de definir as novas regras para o refinanciamento da dívida dos estados e municípios com a União. O projeto de modernização dos portos aguarda sua segunda e última votação na Câmara, depois de ter sido modificado pelo Senado.

O Congresso reabre suas portas dominado pela discussão sobre a definição do sistema de governo. Presidencialistas e parlamentaristas terão de regulamentar a Emenda Constitucional número 2, que marcou para 21 de abril deste ano a realização do plebiscito nacional sobre o tema, inicialmente previsto para ocorrer apenas em setembro. Setores da sociedade civil e do próprio Congresso defendem a anulação da emenda para que seja mantido o texto original das disposições transitórias da Constituição. Se essa tendência, hoje minoritária, ganhar adeptos, o plebiscito só será realizado no segundo semestre.

Voltam também à pauta do

Congresso questões pendentes há anos que dividem ao meio os partidos políticos: a regulamentação da desapropriação de terras para efeito de reforma agrária, a isonomia de salários para funcionários públicos e as novas regras para a privatização. Os projetos de lei que regulamentam as novas funções da Advocacia-Geral da União e do Ministério Público Federal.

Além da proposta de emenda à Constituição relativa ao ajuste fiscal, o Governo enviou ao Congresso 15 projetos de lei para serem votados no período de convocação extraordinária: modernização dos portos; licitações públicas; concessão dos serviços públicos à iniciativa privada; regulamentação da realização do plebiscito sobre sistema e forma de governo; desapropriação de terras para reforma agrária; isonomia salarial dos funcionários públicos; tarifas do serviço público de energia; substituto processual na justiça do trabalho; composição do Conselho de Informática e Automação (Conin); Comissão de Desestatização; parcelamento dos débitos dos clubes de futebol com a Previdência Social; Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União; Estatuto do Ministério Público; revisão do Código Penal; e Reescalonamento da dívida dos estados e municípios com a União.